



## Caderno de Provas

**CPG 08 – NS**

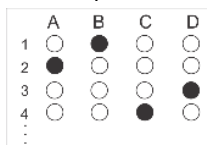
**ASSESSOR JURÍDICO MUNICIPAL**

**Editais Nº. 001/2023 –  
Prefeitura Municipal de Guimarães/RN**

**Data:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 15 (quinze) questões de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Lógica e 25 (vinte e cinco) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	15 questões	30 pontos
Lógica	10 questões	20 pontos
Conhecimentos específicos	25 questões	50 pontos
<b>PONTUAÇÃO TOTAL</b>		<b>100 pontos</b>

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 1 a 15 referem-se ao texto reproduzido abaixo.

### A superioridade do setor público na área educacional

Otaviano Helene

Um dos “argumentos” frequentemente usados para justificar as privatizações, sejam elas feitas diretamente ou por meio de parcerias com fundações e associações, compra de serviço, terceirização, subvenção ao setor privado, entre outras, é a hipótese de que o setor privado é mais eficiente que o setor público. Entretanto, essa hipótese está errada.

Vejamos o caso do ensino superior. Quanto ao aspecto apenas financeiro ou econômico, é fácil verificar a superioridade do setor público: o custo de manutenção de um estudante em um curso na USP é inferior ao custo em um mesmo curso e com a mesma qualidade oferecido pelo setor privado. Para ilustrar isso, vamos examinar o orçamento da USP.

Como o objetivo aqui é comparar os custos do ensino, as despesas com aposentadorias e pensões devem ser subtraídas do orçamento da USP, uma vez que elas não são despesas educacionais e, nas instituições privadas, elas são feitas pelo INSS ou por fundos de aposentadoria e, portanto, não estão no orçamento da instituição. Um segundo aspecto diz respeito às despesas com pesquisa, feitas pela e na Universidade, que não devem ser incluídas como despesas com ensino uma vez que elas são, nas contas nacionais, incluídas nas despesas com ciência e tecnologia; incluí-las também como despesas com educação seria fazer uma dupla contabilidade. (Essas despesas com pesquisa em instituições de ensino foram estimadas com base em recomendações internacionais padronizadas, descritas no Manual de Frascati, documento comumente utilizado no Brasil como referência para cálculo dos investimentos em ciência e tecnologia, como, por exemplo, nos Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação em São Paulo em 2010, publicados pela Fapesp.)

Nas estimativas apresentadas a seguir, foram considerados os orçamentos das várias unidades, acrescidos das despesas não alocadas a unidades específicas (prefeituras dos campi, Reitoria etc.), que foram distribuídas pelas unidades na proporção do número de alunos. No caso de algumas unidades que oferecem cursos a estudantes de outras unidades em quantidade significativa, parte do orçamento foi atribuída àquelas unidades que recebem os cursos. Os orçamentos dos hospitais, dos museus, da Edusp e de alguns outros órgãos cujas atividades não são exclusivamente, ou, pelo menos, majoritariamente destinadas ao ensino, foram parcialmente distribuídos por todas as unidades na proporção das matrículas, ou, quando era o caso, apenas pelas unidades cujas atividades eram mais próximas às daqueles órgãos.

É possível analisar os custos por aluno dos vários cursos separando-os em três grupos: cursos cujas cargas horárias dos estudantes são grandes e os laboratórios bastante complexos, sendo Medicina o mais típico deles; cursos com cargas horárias intermediárias e com laboratórios relativamente complexos, como os das áreas de ciências básicas ou Engenharia; e cursos que não exigem laboratórios ou estes se resumem a sistemas de computação, como, por exemplo, Matemática ou os cursos de humanidades. As despesas por estudante foram calculadas considerando-se matrículas de graduação e de pós-graduação. Usando as informações do Anuário Estatístico da USP, podemos estimar os custos mensais de um estudante em cada um desses três grupos. A valores atualizados para 2022, eles são da ordem de R\$ 6.000, R\$ 4.000 e R\$ 2.500, respectivamente. Esses valores estão abaixo dos valores das mensalidades dos cursos das mesmas áreas e com qualidade equivalente nas instituições privadas.

Caso as despesas com pesquisa, estimadas como sendo da ordem de 25% do orçamento total da Universidade, não tivessem sido excluídas, ainda assim o custo de uma matrícula na USP estaria abaixo da praticada pelo setor privado, sempre considerando cursos equivalentes.

Vale observar que esses valores estimados têm incertezas devidas a muitos fatores. Por exemplo, vários orçamentos, como do centro esportivo ou da assistência estudantil, foram distribuídos pelas unidades na proporção da quantidade de estudantes, apesar de o uso desses recursos poder variar entre estudantes das diferentes unidades, dos cursos noturno e diurno etc. Os custos dos diferentes cursos em cada um daqueles três grupos também variam, assim como o custo em um mesmo curso em *campi* diferentes. Essas variações são, em média, da ordem de 20% ou 30%. Entretanto, como o orçamento total é fixo, caso os valores para alguns cursos tenham sido subestimados, outros, necessariamente, estarão superestimados e, portanto, não deve haver um erro para menos ou para mais em todas as estimativas.

Essas estimativas estão de acordo com outras feitas ao longo das últimas duas décadas, algumas delas publicadas no Jornal da USP. Esse fato mostra que não houve mudanças na tendência geral, quer quanto ao valor dos investimentos por aluno, quer quanto à comparação entre os setores público e privado.

**CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN**  
**EDITAL Nº 001/2023**

Situação similar ocorre na educação básica. Dadas as mesmas condições econômicas e sociais dos estudantes e considerando uma mesma região do País, estudantes das instituições privadas só apresentam um desempenho equivalente ao dos estudantes das escolas públicas quando seus orçamentos, por matrícula, são bem superiores aos orçamentos das escolas públicas. Essa afirmação tem como base análise dos microdados do Enem.

Como regra, embora possa haver exceções, o setor público oferece um atendimento aos estudantes melhor do que o oferecido pelo setor privado cujas instituições têm o mesmo orçamento por pessoa matriculada. Como corolário dessa constatação, com a mesma quantidade de recursos por aluno, o setor público obtém melhor desempenho que o setor privado, tanto no ensino superior como na educação básica.

Não é apenas na educação que o setor público se mostra mais eficiente e obtém melhores resultados. Na área de saúde ocorre o mesmo: nenhum sistema privado de saúde conseguiria o desempenho do SUS com um orçamento equivalente, da ordem de R\$ 150 por mês e por pessoa, aí incluídas as despesas da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Além da questão meramente financeira, há muitos pontos positivos a favor do ensino público em comparação com o ensino privado. O setor público, por não cobrar mensalidades, não depende da capacidade da população para arcar com as despesas educacionais. Assim, ele pode oferecer o curso mais necessário em cada região, independentemente do poder aquisitivo da população local, coisa impossível no caso de instituições privadas. É comum, nas instituições públicas, o oferecimento, aos estudantes, de alimentação subsidiada, moradia e atendimento em saúde; a evasão tende a ser menor do que nas instituições privadas e o acesso aos professores, maior. As possibilidades de atividades culturais e esportivas são maiores nas instituições públicas.

Talvez haja alguns pouquíssimos casos em que seja mais favorável uma colaboração com entidades não governamentais para superar alguns problemas específicos e em alguns momentos. No entanto, como regra e na enorme maioria dos casos, a privatização da educação escolar, ainda que parcialmente, é uma péssima ideia e uma prática que deve ser repudiada. Por implicar piores desempenhos com a mesma quantidade de recursos, é muito ruim, especialmente em um país carente de ensino e de profissionais e com recursos financeiros também limitados.

Disponível em: <<https://jornal.usp.br>>. Acesso em 01 jul. 2023.[Adaptado]

**01.** No texto, há um predomínio do tipo

- A) explicativo, em que se desenvolve um movimento de refutação de uma tese anterior.
- B) explicativo, em que se desenvolve um movimento de ratificação de uma tese anterior.
- C) argumentativo, em que se desenvolve um movimento de refutação de uma tese anterior.
- D) argumentativo, em que se desenvolve um movimento de ratificação de uma tese anterior.

**02.** Ao concluir o texto, o autor

- A) é categórico ao considerar como improdutivo a parceria entre o público e o privado na educação.
- B) modaliza o discurso ao se referir à necessidade de parceria entre o público e o privado na educação.
- C) é categórico ao considerar todo e qualquer processo de privatização da educação com algo fadado ao insucesso.
- D) modaliza o discurso ao se referir ao caráter nocivo da privatização em países com sistema educacional deficitário.

**03.** Sobre a progressão do tema, é correto afirmar:

- A) no parágrafo 9 é desenvolvida ideia que se contrapõe ao que é abordado entre os parágrafos 2 e 8.
- B) o parágrafo 7 é desenvolvido por comparação e ele tão somente reforça a ideia do parágrafo anterior.
- C) do parágrafo 2 ao 8 é abordado um dos aspectos do tema; há uma mudança de foco no parágrafo 9.
- D) o parágrafo 12 sinaliza que a abordagem do tema se dá, exclusivamente, pelo viés da questão financeira.

04. Apresenta propósito comunicativo semelhante ao do texto desta prova o gênero textual

- A) editorial.
- B) notícia.
- C) artigo informativo.
- D) relatório técnico.

As questões 5 e 6 referem-se ao trecho reproduzido abaixo.

Como regra, embora possa haver exceções, o setor público oferece um atendimento aos estudantes melhor do que o oferecido pelo setor privado **cujas** instituições têm o mesmo orçamento por pessoa matriculada. Como **corolário** dessa constatação, com a mesma quantidade de recursos por aluno, o setor público obtém melhor desempenho que o setor privado, tanto no ensino superior como na educação básica.

05. A palavra “cuja”, nesse contexto linguístico,

- A) é pronome possessivo variável, estabelece relação de posse e exerce a função de adjunto adverbial.
- B) é pronome possessivo invariável, estabelece relação de posse e exerce a função de adjunto adverbial
- C) é pronome relativo invariável, estabelece relação de posse e exerce função sintática de adjunto adnominal.
- D) é pronome relativo variável, estabelece relação de posse e exerce função sintática de adjunto adnominal.

06. O uso da palavra “corolário” remete a

- A) um fato que se opõe a outro.
- B) uma situação que exclui a outra.
- C) um fato que se sobrepõe a outro.
- D) uma situação que é decorrente de outra.

07. Leia o trecho abaixo.

Essas variações são, em média, da ordem de 20% ou 30%. **Entretanto, como** o orçamento total é fixo, **caso** os valores para alguns cursos tenham sido subestimados, outros, necessariamente, estarão superestimados e, **portanto**, não deve haver um erro para menos ou para mais em todas as estimativas.

Sobre as palavras “entretanto”, “como”, “caso” e “portanto”, nesse trecho, é correto afirmar:

- A) “entretanto” interliga orações e estabelece relação de contraposição; “como” interliga orações e estabelece relação de comparação; “caso” interliga orações e estabelece relação de finalidade; “portanto” interliga orações e estabelece relação de conclusão.
- B) “entretanto” interliga períodos e estabelece relação de contraposição; “como” interliga orações e estabelece relação de causa; “caso” interliga orações e estabelece relação de condição; “portanto” interliga orações e estabelece relação de conclusão.
- C) “entretanto” interliga períodos e estabelece relação de conclusão; “como” interliga orações e estabelece relação de explicação; “caso” interliga orações e estabelece relação de finalidade; “portanto” interliga orações e estabelece relação de contraposição.
- D) “entretanto” interliga períodos e estabelece relação de conclusão; “como” interliga orações e estabelece relação de conformidade; “caso” interliga orações e estabelece relação de condição; “portanto” interliga orações e estabelece relação de conclusão.

08. A palavra “que” está empregada com função de conjunção em

- A) “Vale observar que esses valores estimados têm incertezas [...]”
- B) “No caso de algumas unidades que oferecem cursos a estudantes [...]”
- C) “[...] unidades específicas (prefeituras dos campi, Reitoria etc.), que foram distribuídas [...]”
- D) “[...] algumas unidades que oferecem cursos a estudantes de outras unidades [...]”

09. Analise o período abaixo.

No caso de algumas unidades que oferecem cursos a[1] estudantes de outras unidades em quantidade significativa, parte do orçamento foi atribuída àquelas[2] unidades que recebem os cursos.

Sobre as palavras em destaque, é correto afirmar:

- A) Em 1 não ocorre crase, uma vez que a transitividade do verbo “oferecer” é somente direta e o a antecede um substantivo empregado em sentido individualizador; em 2, ocorre crase, uma vez que a preposição exigida pela regência do verbo funde-se com o pronome demonstrativo.
- B) Em 1 não ocorre crase, uma vez que a transitividade do verbo “oferecer” é somente indireta e o a antecede um substantivo empregado em sentido generalizador; em 2, ocorre crase, uma vez que a preposição exigida pela regência do verbo funde-se com o pronome indefinido.
- C) Em 1 não ocorre crase, uma vez que, apesar da regência do verbo “oferecer”, o a antecede um substantivo empregado em sentido generalizador; em 2, ocorre crase, uma vez que a preposição exigida pela regência do verbo funde-se com o pronome demonstrativo.
- D) Em 1 não ocorre crase, uma vez que, apesar da regência do verbo “oferecer”, o a antecede um substantivo empregado em sentido individualizador; em 2, ocorre crase, uma vez que a preposição exigida pela regência do verbo funde-se com o pronome indefinido.

10. Leia o trecho abaixo.

Um dos “arqumentos” frequentemente usados para justificar as privatizações [...]

As aspas foram empregadas para

- A) assinalar palavra de uso conotativo.
- B) delimitar trecho de citação textual.
- C) desqualificar uma visão corrente.
- D) sinalizar palavra de uso popular.

11. Analise o período abaixo.

Além da questão meramente financeira, há muitos pontos positivos a favor do ensino público em comparação com o ensino privado.

É correto afirmar que esse período

- A) é simples, construído em torno de um verbo irregular e na forma impessoal.
- B) é simples, construído em torno de um verbo regular e na forma impessoal.
- C) é composto por duas orações, construídas em torno de verbos irregulares e pessoais.
- D) é composto por duas orações, construídas em torno de verbos regulares e pessoais.

12. Considere o trecho abaixo.

É possível analisar os custos por aluno dos vários cursos separando-os em três grupos [...]

De acordo com as orientações normativas da língua portuguesa, o uso do pronome oblíquo em vez de um pronome do caso reto, nesse trecho,

- A) é devido à transitividade do verbo “separar”, que exige um complemento indireto.
- B) é devido à transitividade do verbo “separar”, que exige um complemento direto.
- C) é opcional, uma vez que o pronome do caso reto, nessa posição, exerceria a mesma função sintática.
- D) é opcional, uma vez que, nesse caso, os pronomes oblíquos e retos não exercem função sintática.

13. Leia o período abaixo.

Um segundo aspecto diz respeito às despesas com pesquisa, feitas pela e na Universidade, que não devem ser incluídas como despesas com ensino uma vez que elas são, nas contas nacionais, incluídas nas despesas com ciência e tecnologia; incluí-las também como despesas com educação seria fazer uma dupla contabilidade.

Nesse período, o substantivo **despesas** é substituído por

- A) um pronome relativo que exerce função sintática de objeto direto, um pronome pessoal reto e um pronome pessoal oblíquo.
- B) um pronome relativo que exerce função sintática de adjunto adverbial, um pronome pessoal oblíquo e um pronome pessoal reto.
- C) um pronome relativo que exerce função sintática de objeto indireto, um pronome pessoal oblíquo e um pronome pessoal reto.
- D) um pronome relativo que exerce função sintática de sujeito, um pronome pessoal reto e um pronome pessoal oblíquo.

As questões 14 e 15 referem-se ao trecho reproduzido abaixo.

Como regra, embora possa haver exceções, o setor público oferece um atendimento aos estudantes melhor do que o oferecido pelo setor privado [...]

14. Sobre a locução verbal presente nesse trecho, considerando-se as orientações normativas da língua portuguesa, é correto afirmar:

- A) o verbo auxiliar está no singular porque é um verbo impessoal.
- B) é opcional, nessa situação, flexionar o verbo principal ou o auxiliar no plural.
- C) o verbo auxiliar está no singular devido à impessoalidade do verbo principal.
- D) é opcional, nessa situação, flexionar o verbo principal ou o auxiliar no singular.

15. O verbo auxiliar da locução verbal presente nesse trecho está no modo

- A) subjuntivo, e isso é motivado pela presença da palavra “embora”.
- B) imperativo, e isso é motivado pela presença da palavra “embora”.
- C) imperativo, e isso é motivado pelo verbo principal empregado.
- D) subjuntivo, e isso é motivado pelo verbo principal empregado.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÓGICA

16. Três amigas que trabalham em cargos diferentes na Prefeitura de Guimarães/RN participaram de uma corrida de rua. Dessa situação, sabe-se:

- I. Amanda correu mais que a enfermeira;
- II. Beatriz é fisioterapeuta;
- III. Carla não foi a mais lenta das três na corrida;
- IV. As três amigas ocupam, na prefeitura, os cargos de enfermeira, fisioterapeuta e psicóloga.

Se essas quatro afirmações são verdadeiras, deve-se concluir que

- A) Carla ocupa o cargo de psicóloga.
- B) Amanda foi mais lenta que Beatriz.
- C) Amanda foi a mais rápida entre as três.
- D) Carla foi a mais rápida das três amigas.

17. Dentre 45 servidores da prefeitura de Guimarães/RN, sabe-se que 11 moram em outros municípios, 13 mulheres moram em Guimarães/RN e 27 são homens. Diante dessas informações, deve-se concluir que

- A) 6 mulheres não moram em Guimarães/RN.
- B) 7 homens não moram em Guimarães/RN.
- C) 19 é o total de servidoras mulheres.
- D) 21 homens moram em Guimarães/RN.

18. Gerson vai fazer os concursos públicos de três cidades: Guaramé, Palheras e Unapema. Seu amigo Jaime, excelente estatístico, afirmou que a probabilidade de Gerson ser aprovado nesses concursos é de 35,0%, 55,0% e 40,0%, respectivamente. Considerando que os cálculos de Jaime estejam corretos, a probabilidade de Gerson não ser aprovado em nenhum dos concursos está entre

- A) 16,0% e 17,0%.
- B) 16,5% e 17,5%.
- C) 17,0% e 18,0%.
- D) 17,5% e 18,5%.

19. Sabe-se que existem concurseiros inteligentes e que existem concurseiros estudiosos. Considerando verdadeira a frase "Todos os inteligentes são estudiosos", é correto afirmar que

- A) quem não é inteligente é estudioso.
- B) existem inteligentes que não estudam.
- C) existem estudiosos que são inteligentes.
- D) alguns não estudiosos podem ser inteligentes.

**20.** Em um concurso público, os candidatos foram desafiados a calcular os anagramas da palavra GUAMARÉ. Desconsiderando acentos e identificando apenas aqueles anagramas que começam e terminam com consoantes, acertaram a questão os candidatos que assinalaram como resposta

- A) 360.
- B) 720.
- C) 1440.
- D) 2520.

**21.** A sequência de letras e números, a seguir, obedece a uma determinada regra de criação.

<b>9X</b>	<b>49T</b>	<b>121P</b>	<b>?</b>
-----------	------------	-------------	----------

Sendo assim, o quarto elemento da sequência será

- A) 147K.
- B) 169M.
- C) 225L.
- D) 255J.

**22.** Ao realizar uma questão de lógica, Marta deparou-se com as seguintes afirmações:

- I. R e S são proposições simples;
- II. As proposições estão representadas na fórmula:

$$\neg R \wedge (\neg S \rightarrow R) \rightarrow \neg(R \wedge \neg S)$$

III. A tabela-verdade que representa a fórmula é:

R	S	$\neg R$	$\neg S$	$(\neg S \rightarrow R)$	$\neg R \wedge (\neg S \rightarrow R)$	$(R \wedge \neg S)$	$\neg(R \wedge \neg S)$	$\neg R \wedge (\neg S \rightarrow R) \rightarrow \neg(R \wedge \neg S)$
V	V	?	F	?	F	F	?	V
V	?	F	?	V	?	?	?	?
F	V	V	F	?	V	F	V	?
?	F	?	V	F	F	?	V	V

Considerando que todo V = 1 e todo F = 0, se Marta somar todos os valores na tabela-verdade representados por ?, encontrará como resultado

- A) 6.
- B) 7.
- C) 8.
- D) 9.



23. Se somarmos todos os servidores que ocupam o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais (ASG) de três secretarias de Guimarães/RN e dividirmos em grupos de 3 ou de 5 ou de 7 pessoas, sempre restarão 4 ASGs. Com o concurso público que está em andamento no município, a prefeitura planeja que o total de ASGs, somada as três secretarias, chegue a 150. Isso ocorrerá, se e somente se, forem contratados um número de novos ASGs igual a

- A) 38.
- B) 41.
- C) 45.
- D) 52.

24. Rafa foi até o Mercadinho Guama-box e levou sua bolsa de moedas para pagar as compras. O quadro abaixo apresenta a quantidade de moedas que ela tinha dentro da bolsa.

VALOR DA MOEDA (R\$)	QUANTIDADE DE MOEDAS
0,05	10
0,10	15
0,25	15
0,50	9
1,00	8

O valor total da compra deu R\$ 15,30 e Rafa decidiu pagar com a menor quantidade de moedas possível. Nesse caso, a quantidade de moedas utilizada por ela para pagar a compra foi

- A) 28.
- B) 29.
- C) 30.
- D) 31.

25. Se Nita é paulista, então Neto não é potiguar. Ou Neto é potiguar, ou José é paraibano. Se Maria não é cearense, Nita é paulista. Ora, nem José é paraibano e nem Assis é carioca. Logo,

- A) Nita é paulista e Maria é cearense.
- B) Se Neto é potiguar, Nita é paulista.
- C) José é paraibano ou Nita é paulista.
- D) Maria é cearense e Neto é potiguar.

**QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

26. Consoante as regras de repartição de competências previstas na Constituição Federal de 1988, insere-se no âmbito da competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios
- A) organizar, manter e executar a inspeção do trabalho.
  - B) fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.
  - C) organizar e fiscalizar a proteção e o tratamento de dados pessoais, nos termos da lei.
  - D) planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações.
27. À luz das disposições constitucionais, as regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, poderão ser instituídas
- A) pela União, mediante lei complementar.
  - B) pelos Estados, mediante lei complementar.
  - C) pelos Municípios interessados, mediante lei ordinária editada por cada um dos envolvidos.
  - D) pelos Municípios interessados, mediante lei complementar editada por cada um dos envolvidos.
28. De acordo com a Constituição Federal de 1988, é direito assegurado aos servidores ocupantes de cargo público
- A) fundo de garantia do tempo de serviço.
  - B) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
  - C) seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.
  - D) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei.
29. Consoante as disposições da Constituição Federal sobre a educação, os entes federados organizarão os seus sistemas de ensino em regime de colaboração, cabendo aos Municípios atuar, prioritariamente, no
- A) ensino médio e técnico.
  - B) ensino fundamental e médio.
  - C) ensino médio e na educação infantil.
  - D) ensino fundamental e na educação infantil.
30. Sobre o processo administrativo disciplinar, à luz do entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é correto afirmar que
- A) a utilização de prova emprestada é vedada no processo administrativo disciplinar.
  - B) a falta de defesa técnica por advogado, no processo administrativo disciplinar, ofende à Constituição.
  - C) a portaria de instauração do processo administrativo disciplinar prescinde da exposição detalhada dos fatos a serem apurados.
  - D) o excesso de prazo para a conclusão impõe a nulidade do processo administrativo disciplinar, independentemente da demonstração de prejuízo à defesa.

31. Os edifícios públicos onde funcionam as unidades básicas de saúde de determinado Município, nos quais são prestados serviços de atenção básica à saúde da população, à luz do Código Civil de 2002, são classificados como bens públicos
- A) dominicais.
  - B) de uso geral.
  - C) de uso comum.
  - D) de uso especial.
32. Nos termos da Lei Federal n.º 13.019/2014 e alterações posteriores, que instituiu o regime jurídico das parcerias voluntárias, o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros denomina-se
- A) termo de fomento.
  - B) acordo de cooperação.
  - C) termo de colaboração.
  - D) termo de compromisso.
33. Sobre as limitações constitucionais ao poder de tributar, é correto afirmar que
- A) a instituição de isenções de tributos da competência dos Municípios é vedada à União.
  - B) a imunidade tributária recíproca abrange a vedação da cobrança de taxas entre os entes federativos.
  - C) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, a depender de sua procedência ou destino.
  - D) a União poderá tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.
34. Segundo o Código Tributário Nacional, há um lançamento que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa. Esse lançamento, que se opera pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa, é classificado como lançamento
- A) direto.
  - B) de ofício.
  - C) por declaração.
  - D) por homologação.
35. Sobre o processo de execução fiscal, à luz da Lei de Execuções Fiscais (Lei n.º 6.830/80) e da jurisprudência do STJ, é correto afirmar que
- A) a petição inicial de execução fiscal deve ser, necessariamente, instruída com o demonstrativo de cálculo do débito, por se tratar de documento indispensável à propositura da demanda.
  - B) o inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.
  - C) a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, presume-se dissolvida irregularmente, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.
  - D) a desistência da execução fiscal antes da decisão de primeira instância exime o exequente dos encargos da sucumbência, independentemente do prévio oferecimento de embargos pela parte executada.

**CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN**  
**EDITAL Nº 001/2023**

---

- 36.** Sobre a invalidade dos negócios jurídicos, à luz do Código Civil de 2002, é correto afirmar:
- A) É nulo o negócio jurídico por vício resultante de fraude contra credores.
  - B) É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.
  - C) A invalidade parcial de um negócio jurídico, respeitada a intenção das partes, não o prejudicará na parte válida, se esta não for separável.
  - D) O prazo para anulação, quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para se pleiteá-la, será de três anos, a contar da data da conclusão do ato.
- 37.** De acordo com o Código Civil de 2002, prescreve, em três anos, a pretensão para
- A) receber prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias.
  - B) haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.
  - C) cobrar dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.
  - D) haver do vencido o que despendeu em juízo.
- 38.** Segundo as disposições do Código Civil, a Responsabilidade Civil é
- A) independente da criminal, não sendo admitido questionamentos sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando essas questões se acharem decididas no juízo criminal.
  - B) dependente da criminal, sendo admitido questionamentos sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando essas questões se acharem decididas no juízo criminal.
  - C) independente da criminal, sendo admitido questionamentos sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando essas questões se acharem decididas no juízo criminal.
  - D) dependente da criminal, não sendo admitido questionamentos sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando essas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- 39.** A respeito da disciplina dos recursos, prevista no Título II do Código de Processo Civil,
- A) o recurso adesivo será conhecido independentemente de desistência do recurso principal.
  - B) o recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, mesmo se distintos ou opostos os seus interesses.
  - C) o recorrente pode, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
  - D) a desistência do recurso impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquele objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.
- 40.** Consoante as disposições da Constituição Federal de 1988 e do Código de Processo Civil de 2015, a competência para julgar, em recurso ordinário, as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País, recai sobre
- A) o Supremo Tribunal Federal.
  - B) o Superior Tribunal de Justiça.
  - C) os Tribunais Regionais Federais.
  - D) os Tribunais de Justiça dos Estados.

41. A ação monitória é um procedimento especial previsto nos artigos 700 a 702 do Código de Processo Civil de 2015. Trata-se de uma alternativa para uma prestação jurisdicional mais célere, segundo a qual, o credor pode, com base em prova escrita, sem eficácia de título executivo, obter mandado de pagamento ou de entrega da coisa objeto do pedido, sem ter de aguardar todo o trâmite processual do processo de conhecimento. Consoante as disposições do Código de Processo Civil de 2015, o procedimento da ação monitória
- A) não admite reconvenção.
  - B) não poderá ser proposto em face da Fazenda Pública.
  - C) admite a citação por qualquer dos meios permitidos para o procedimento comum.
  - D) admite a oposição de embargos à ação monitória pelo réu, condicionada à prévia segurança do juízo.
42. No curso da execução orçamentária, o Prefeito de um município brasileiro constatou que determinada despesa foi insuficientemente dotada na lei orçamentária vigente e, por esse motivo, haveria necessidade de reforço da sua dotação. Nessa situação hipotética, segundo disposições da Lei Federal n.º 4.320/64, deve o Administrador Público recorrer ao crédito adicional
- A) especial.
  - B) auxiliar.
  - C) extraordinário.
  - D) suplementar.
43. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a competência para estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, recai privativamente sobre
- A) o Senado Federal.
  - B) o Congresso Nacional.
  - C) a Câmara dos Deputados.
  - D) o Presidente da República.
44. No tocante à disciplina da política urbana prevista na Constituição Federal de 1988,
- A) o plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é obrigatório para cidades com mais de dez mil habitantes.
  - B) compete à União executar a política de desenvolvimento urbano, conforme diretrizes gerais fixadas em lei.
  - C) o Poder Público estadual poderá exigir do proprietário do solo urbano subutilizado, que promova seu adequado aproveitamento.
  - D) a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.
45. O Estatuto da Cidade (Lei Federal n.º 10.257/2001), ao regulamentar as disposições constitucionais sobre a política urbana e estabelecer diretrizes gerais sobre a temática, enuncia uma série de institutos jurídicos voltados à implementação dessa política. De acordo com o citado diploma legal, a preferência que tem o Poder Público municipal para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares corresponde
- A) ao direito de superfície.
  - B) ao direito de preempção.
  - C) à outorga onerosa do direito de construir.
  - D) à transferência do direito de construir.

46. José da Silva, proprietário de empresa que presta serviços a determinado Município, prometeu a Maria Pereira, servidora pública municipal, o pagamento de quantia em dinheiro, a fim de que ela retardasse a prática de ato de ofício. Nessa situação hipotética, segundo o Código Penal (Decreto-Lei n.º 2.848/1940), a conduta de José da Silva pode ser enquadrada como crime de
- A) corrupção ativa.
  - B) tráfico de influência.
  - C) advocacia administrativa.
  - D) usurpação de função pública.
47. Segundo a Lei Orgânica do Município de Guimarães/RN, em regra, a alienação dos bens públicos municipais
- A) depende de prévia autorização legislativa e de licitação pública.
  - B) independe de prévia autorização legislativa e de licitação pública.
  - C) depende de prévia autorização legislativa, sendo desnecessária a licitação pública.
  - D) depende de licitação pública, sendo desnecessária a prévia autorização legislativa.
48. Segundo as regras de processo legislativo previstas na Lei Orgânica do Município de Guimarães/RN, a matéria constante de projeto de lei rejeitado ou não sancionado
- A) não poderá constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa.
  - B) poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria relativa dos membros da Câmara.
  - C) poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.
  - D) poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta de 1/3 dos membros da Câmara.
49. Nos termos da Lei Municipal n.º 651/2015, a Procuradoria-Geral do Município de Guimarães/RN é dirigida pelo Procurador-Geral do Município. Consoante as disposições dessa lei, o cargo de Procurador-Geral do Município é de livre nomeação e exoneração do Prefeito Municipal, sendo privativo de advogado, maior de
- A) 30 anos, regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil a, no mínimo, 10 anos, de notório saber jurídico e reputação ilibada.
  - B) 35 anos, regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil a, no mínimo, 5 anos, de notório saber jurídico e reputação ilibada.
  - C) 30 anos, regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil a, no mínimo, 5 , anos, de notório saber jurídico e reputação ilibada.
  - D) 35 anos, regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil a, no mínimo 10 , anos, de notório saber jurídico e reputação ilibada.
50. De acordo com o Estatuto de Servidores do Município de Guimarães/RN, instituído pela Lei Municipal n.º 501/2011, a ação disciplinar referente às infrações puníveis com suspensão prescreve em
- A) 1 ano.
  - B) 2 anos.
  - C) 3 anos.
  - D) 5 anos.